



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO

16º ANIVERSÁRIO

A Associação de Praças comemora hoje 16 anos.

Foram 16 anos de intensa atividade, com altos e baixos, como em tudo na vida, nas diversas lutas levadas a cabo onde se obteve algumas conquistas para a classe de Praças das Forças Armadas.

Sabemos que nem tudo correu de feição, sabemos que não conseguimos por parte de alguns interlocutores a atenção necessária para as nossas reivindicações mas isso é uma situação que a Associação de Praças não consegue controlar.

Por parte dos diversos Ministros da Defesa que nestes anos ocuparam o cargo não recebemos prova de que existia vontade política para atender aos mais variados problemas que assolaram a nossa classe.

No que respeita aos nossos Chefes de Estado-maior, da Armada, do Exército e da Força Aérea, o relacionamento institucional foi bom mas basicamente resumiu-se a isso mesmo, institucional, onde certos problemas, muitos deles a necessitar de uma resposta pronta e cabal não tiveram a devida atenção.

Quanto ao Comandante Supremo das Forças Armadas, nunca obtivemos da sua parte nenhuma aceitação aos mais variados pedidos de audiência, o que demonstra bem da forma como é dado cumprimento à lei daquele que deveria ser o seu maior defensor.

Mas, mesmo perante tantas adversidades, temos presente da importância da Associação de Praças, pois sem a sua obstinada intervenção muitos outros problemas teriam ficado no papel por resolver.

Ressalvamos a situação da inclusão no novo EMFAR do posto de Cabo-mor. Neste assunto reconhecemos que o resultado final não foi o que pretendíamos, pois a nossa proposta de carreira era mais abrangente com a inclusão de Cabo-chefe e Cabo-mor, mas o que importa ressaltar é que sem a nossa intervenção o assunto não teria o desfecho que teve. Sabemos que o processo de preparação do novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas ficou ferido, logo de início, pela não inclusão das Associações Profissionais de Militares na sua elaboração, não se cumprindo a lei 3/2001 – Lei do Direito de Associação Profissional dos Militares. Nesta como em muitas outras situações, quem deveria fazer cumprir a lei não o fez, mesmo com os sucessivos alertas da nossa parte. Situação difícil de ultrapassar e que no fundo se refletiu em dificuldades acrescidas para levarmos a bom porto as nossas reivindicações.

Estamos neste importante momento da vida nacional, com situações pendentes para resolver: o ADM, o IASFA, a questão dos militares em RC na Instrução Complementar não receberem Suplemento de Condição Militar, o Sistema Remuneratório, nomeadamente a má implementação do DL 296/99 causando graves atropelos no que à antiguidade diz respeito, nomeadamente nos 1ºMAR e CAB, num total de mais de 1000, a questão da idade limite para o serviço de escala e embarque, etc.

Neste tempo particular, de muitas iniciativas legislativas, é de primordial importância que a Associação de Praças tenha uma intervenção clara e forte na defesa da sua Classe. Mas, para essa intervenção ter os resultados que ambicionamos, é preponderante o apoio incondicional de todos.

A força da luta mede-se com a participação ativa da Classe de Praças das Forças Armadas.

Sem vós, não faz sentido termos uma Associação de Classe.

QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE!

A Direção
Lisboa, 24 de fevereiro de 2016